

O (DES)TRABALHO E A CONDIÇÃO RURBANA

Sócrates Oliveira Menezes¹ - Universidade Federal de Sergipe
socratesmenezes@yahoo.com.br

- Objetivos

A sociedade contemporânea perpassa por profundas transformações marcadas por complexas relações de produção que afetam diretamente a condição existencial do ser nas diferentes formas de valorização do capital pelo trabalho. Consta-se nesta nova complexidade estrutural societal mundializada uma crescente produção teórica que reafirmam o início de uma sociedade utópica, a-mercantilizada, informacional, homogênea, urbana e sem trabalho, marcada pela necessidade de adequação de novas formas de trabalho a plenitude das relações capitalistas de produção, às exigências da competitividade (e ao) do “modelo Toyotista”².

Entretanto, no bojo estrutural crítico, torna necessário entender os processos de produção contemporânea bem como as tendências que permeiam a esfera do trabalho para a crítica da desfetichização e a lógica da (dês) sociabilização³ para a compreensão da produção, a partir do território e da relação dialética entre as forças produtivas, do espaço rural e também do urbano.

A análise do “(Dês)Trabalho e a condição rurbana” objetiva o entendimento das formas concretas de produção espacial a partir de duas dialéticas complementares e indissociáveis: as confrontações atuais da relação capital-trabalho como prerrogativa analítica geral para a compreensão da categoria e das próprias condições de trabalho para a realidade concreta e imediata bem como seu posicionamento central para reflexão social; e a dialética campo-cidade, entendida como dimensão e reflexo espacial, como produto e condição, também dialética, da relação capital-trabalho na configuração do rural.

A análise da relação entre as estruturas sociais e espaciais além da análise da dialética sócio-espacial como parte da dialética espaço-temporal e suas transformações na perspectiva de abordagem da espacialização das mudanças sociais do meio rural caracterizante da reestruturação do sistema sócio-produtivo de uma determinada base territorial bem como as influências produzidas pela dialética capital-trabalho é aqui contemplada pelo estudo da totalidade do espaço geográfico e as contradições do capital no território.

A abordagem da produção do espaço agrário a partir da dialética capital-trabalho e as contradições no território oferecem importantes subsídios analíticos para o entendimento de profundas contradições estabelecidas e enraizadas na totalidade rural e, por sua vez, materializadas em problemas sociais, como os conflitos, a fome e a miséria, tanto no meio urbano, como no meio rural do Brasil. Alencar a questão agrária como objeto, ainda que de forma genérica, para o estudo mais

¹ Aluno do curso de mestrado do programa de pós-graduação do NPGeo-UFS e bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado da Bahia/FAPESB. Autor do trabalho

² ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho / Ricardo Antunes. 1º. Ed. – São Paulo: Boitempo, 1999.

³ Em (neste) seu trabalho, “Os sentidos do trabalho”, Ricardo Antunes parte do estudo das novas relações de trabalho, dentro da estrutura societal de reprodução do capital discorre sobre a inserção dos novos sentidos do trabalho ao discurso teórico que tenta legitimar a substituição de sua centralidade pelas problemáticas a cerca da ciência, do setor informacional, da divisão sexual do trabalho, flexibilização e toda uma nova lógica implementada na tentativa de superação da crise estrutural iniciada ainda na crise da acumulação fordista.

específico da territorialização do capitalismo e do campesinato significa, antes de tudo, compreender as diferentes formas de atuação do capital como processo configurante na história da posse e da propriedade da terra bem como a luta dos trabalhadores desapropriados, produto histórico da contradição, contra essa estrutura sócio-espacial de produção.

Partindo do estudo das novas relações de trabalho, dentro da estrutura societal de reprodução do capital, a inserção dos novos sentidos do trabalho ao discurso teórico que tenta legitimar a substituição de sua centralidade pelas problemáticas a cerca do desenvolvimento da ciência, do setor informacional, flexibilização e toda uma nova lógica implementada na tentativa de superação da crise estrutural iniciada pela acumulação fordista bem como o fim do rural, este trabalho pretende contemplar as especificidades que preenchem a carência analítica na abordagem das novas formas de trabalho, nas relações de produção capitalistas ou não, bem como sua reafirmação na condição central para o entendimento da produção societal contemporânea, a partir das relações que essa nova lógica compõe a totalidade social juntamente com o conjunto de contradições que se expressam em fenômenos diametralmente situados expressados espacialmente em conflitos, sobretudo a partir da dialética campo-cidade, da luta pela terra, da atuação de movimentos sociais, da mobilidade do trabalho e a busca de um metabolismo societal emancipado.

Assim exposto o objetivo geral, discussão da relação entre a categoria trabalho e a produção do espaço rural, outros objetivos ganham importância quanto ao seu potencial em oferecer fundamentos que possibilitam o entendimento da essência estabelecido no movimento social de produção espacial e das próprias relações sociais e históricas que as determinam.

Desta forma, analisaremos aqui a produção e as contradições do espaço rural a partir da dialética capital-trabalho como essência basilar para os fundamentos dos processos sociais no campo. A análise aqui será desenvolvida tendo em vista a abordagem do processo histórico da construção da Geografia Agrária a cerca do espaço rural, da dialética campo-cidade, da abordagem do território como conceito chave ao entendimento dos fenômenos contraditórios e a própria contradição da expansão mutua e/ou paralela das relações capitalistas e do campesinato no campo brasileiro. Toda a análise direcionada pelo princípio da lei do desenvolvimento desigual e combinado e do sistema sócio metabólico do capital⁴.

- Referencial teórico

No processo histórico do pensamento geográfico várias foram as correntes metodológico-filosóficas que influenciaram e tendenciaram as discussões a cerca das diferentes temáticas objetivadas pela disciplina. Para análise do espaço rural e, conseqüentemente, para a abordagem da Geografia Agrária todo esse arcabouço teórico estabeleceu a partir dos diferentes contextos influenciados por suas respectivas realidades espaço-temporal, ideológicas que tiveram influência significativa no entendimento do rural, do urbano e da própria relação entre eles como produto da dinâmica social.

⁴ De acordo Antunes, citando I. Mésáros, o desenvolvimento sócio metabólico do capital é o próprio produto e condição da contradição da produção e reprodução do capital estabelecida no entrelaçamento das relações capitalistas e não capitalistas de produção e no tripé: capital, trabalho e Estado. Desta forma, capital e capitalismo são dois processos sociais diferenciados, capital como processo social de subordinação, exploração e alienação do trabalho e o capitalismo como uma “das formas possíveis de realização do capital” como “uma das variantes históricas” da produção do capital. (ANTUNES, 1999; 25)

Sobre estes fundamentos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira⁵ ao falar do desenvolvimento e contradições da agricultura, faz uma breve análise de como se deu este processo de construção do pensamento geográfico e a influência das correntes filosóficas para a própria análise do espaço rural e o desenvolvimento teórico da Geografia Agrária. A crítica do autor se estabelece ao que comumente se chama de “Geografia tradicional” entendida a partir unicamente de uma tendência filosófica, o positivismo, e ao debate travado entre o determinismo e o possibilismo, essencialmente variantes dessa mesma lógica fundada por Comte.

Fundado no seio do movimento anarquista da Geografia de final de século XIX e início do XX, sobretudo nas obras de Reclus e Kropotkin, a dialética como corrente do pensamento geográfico, apesar de muito perseguido, também representa uma corrente filosófica importante para as leituras do espaço agrário. Iniciadas, sobretudo pela contemporaneidade e influência de Marx na crítica a dialética hegeliana e na análise da sociedade moderna capitalista do séc. XIX através de um posicionamento teórico eminentemente político e, assim, demasiadamente censurado. Contudo, foi no período pós-Segunda Guerra Mundial, que a corrente dialética ganha destaque, sobretudo a partir da Geografia francesa⁶. Ainda que não plenamente amadurecida a “tentativa” dialética de ler geograficamente a sociedade bem como o espaço rural teve nesta sua fase iniciada na década de 40, ainda influências do historicismo e do próprio positivismo⁷.

A análise dialética do espaço agrário brasileiro, evidentemente, foi também marcada por influências do positivismo e do historicismo, sobretudo na problemática a cerca do campesinato na sua existência enquanto processo produtivo não capitalista importante para a análise do espaço rural no desenvolvimento das políticas do Estado e da teoria na Geografia Agrária. Houve aquelas que consideraram o campo brasileiro com a necessidade de superar as marcas das estruturas feudais existentes, outras que consideraram o camponês fardado a sua inexistência pelo avanço das relações capitalistas de produção no campo brasileiro. Desta forma, a partir do desenvolvimento capitalista no campo, o espaço rural brasileiro estaria condicionado a existência somente das duas classes elementares: Burgueses e proletários, onde o camponês estaria envolvido numa inevitável proletarização pelas forças das relações capitalistas⁸.

É, pois a condição da realidade camponesa perante o processo de modernização ou, ou capitalização do rural, que se mostra como uma das principais problemáticas a cerca da compreensão do espaço agrário brasileiro.

Temos a partir dessa análise do rural e do processo de modernização da agricultura, duas outras problemáticas que analisaremos a seguir e que consideramos fundamental para o entendimento da dialética capital-trabalho e as suas contradições no espaço rural brasileiro contemporâneo: a dialética

⁵ OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. Boletim de Geografia teórica, Rio Claro, v.25, n. 49/50. p.15-58, 1999.

⁶ Autores Franceses que se destacaram na corrente dialética da Geografia: “Pierre GEORGE, Yves LACOSTE, Raymond GUGLIELMO, Bernand KAYSER, Jean DRESCH, Jean TRICART, entre outros.” (idem; 21).

⁷ “Que o positivismo haja contaminado até mesmo o marxismo nos dá a medida de importância que (o positivismo) adquiriu em uma fase tão importante da história científica. Jean Brunhes seria um exemplo desse casamento entre marxismo e positivismo, embora nessa galeria Plekhânov talvez guarde o lugar de destaque”. (SANTOS, 2002; 48).

⁸ (Oliveira, 1999; p. 24)

campo cidade e compreensão das contradições a partir do território. Toda essa totalidade a luz da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

A análise do espaço rural a partir da dialética central capital-trabalho será feita a partir da dialética campo-cidade e suas contradições no território. A discussão sobre a relação campo-cidade para uma melhor compreensão do rural Marta Inês⁹ parte da periodização desta relação com história da sociedade ocidental feita por Lefebvre dividindo em três: a era agrária; a industrial e a urbana. Pretende-se desta forma entender como os espaços rural e urbano podem ser determinados e como a análise do processo histórico, a partir da abordagem da divisão social do trabalho considerando a lei do desenvolvimento desigual e combinado, pode contribuir pra uma compreensão do atual espaço rural.

Partindo da análise da primeira era, a da sociedade agrária, o espaço rural se constituía como o local da produção, cabia as cidades arcaicas o desenvolvimento das atividades política e administrativas que organizava o espaço rural, mas que por ele era determinado e dominado. A cidade mostrava-se como consumidora do que era produzido pelo rural. Algumas ainda chegaram a desenvolver um comércio com certo nível de complexidade devido ao processo intenso de redistribuição. Tem-se então o início de uma acumulação primitiva permitida por esse desenvolvimento da circulação comercial¹⁰.

Com o desenvolvimento das interlocuções comerciais onde as cidades passaram, entre si, a manter constante relação pela força crescente e já muito intensa da influência mercantil, juntamente com o desenvolvimento do comércio de produtos manufaturados realizados pelos artesãos, constata-se, desta forma, o desencadeamento primordial da separação da produção, e principalmente da acumulação de capital, da propriedade da terra. A partir dessa separação onde a propriedade da terra não representa mais lócus da produção dominante tem-se, dialeticamente, o início da divisão social do trabalho pelas cidades. Neste momento a cidade o centro da produção. “Completa-se a vitória da cidade sobre o campo.” (MARQUES, 2000; p.106).

Com o desenvolvimento do setor produtivo que, mais tarde, iria se configurar como indústria as cidades passam por profundas transformações como o surgimento da cidade industrial com grande aglomerações populacionais compostas por proletários e camponeses expulsos do campo. A cidade da sociedade agrária é massivamente destruída, desta forma, o urbano passa a representar a possibilidade de transformação daquilo que ele apropria, incluindo as cidades, representa a modernidade e a própria sociedade moderna¹¹.

A cidade moderna juntamente como o movimento urbano preconiza o desenvolvimento das formas viáveis, materializadas em atividades econômicas, com a otimização da circulação e ao mesmo tempo dominar as estruturas sócio produtivas centralizando-as nas cidades. Diametralmente, com o processo de criação de novos espaços para a circulação a política se fragmenta e dilui perante a

⁹ MARQUES, Marta Inês M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, São Paulo, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002

¹⁰ “A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção por excelência” (MARQUES, 200; p. 105)

¹¹ “Com o desenvolvimento das forças produtivas e uma maior divisão do trabalho, a grande indústria universalizou a concorrência, estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, engendrando uma rápida circulação e a centralização dos capitais” (idem;p.106)

diversidade desfigurando, assim, com a característica da antiga cidade, mas delega a ela o poder de dominar a produção do próprio espaço.

O urbano representa o próprio sentido de mudança, sinaliza a emergência simultânea de diferenciados processos de produção. O diverso é contemplado no presente que se estabelece na superação na dicotomia passado/futuro dentro da visão ideológica arcaico/moderno e para além da também dicotomia campo/cidade. Constituídos sobre estes fundamentos o rural representa o espaço de maior vulnerabilidade as incursões do capital, ao passo que o urbano apresenta maior resistência, é no rural que está, além da maior parcela da pobreza, as mais vertiginosas alterações em suas paisagens através da técnica para a própria realização do capital¹².

Partindo destas pré-suposições históricas, o direcionamento analítico para uma reflexão emergencial à(s) problemática(s) aqui levantada(s) a cerca da relação entre espaço rural e urbano, estabelece eminentemente inseridas em sua simultaneidade a partir da discussão sobre o papel central do trabalho, como condição basilar da realização do capital e suas conseqüentes formas de atuação, dentro da produção espacial que se apresenta de forma diferenciada para o rural e para o urbano. O próprio sentido de reciprocidade provinda da simbiose do trabalho rural e urbano no cotidiano e no entendimento das formas com que o trabalho se reproduz dentro de sua própria mobilidade espacial (trabalho rural e urbano) e da compreensão da reprodução camponesa a partir de uma lógica não dicotômica, nos permite um maior aprofundamento nas análises sobre o papel deste fenômeno na oposição dos preceitos da modernidade perante o território.

A análise dos fenômenos sócio espaciais que propomos a estudar a cerca do espaço rural tem no território condições essenciais para o fundamento da noção de como os processos globalizantes se encontram decompostos na realidade nacional.

No entanto é necessário entender o território como totalidade dialética onde se estabelece contraditoriamente as diversas formas de inter-relação entre o que globalmente, requer como essencial e se estabelece como possibilidade das relações condicionadas no território, particulares e também contraditórias, possíveis e essenciais para a dinâmica total. É, pois, a síntese do processo dominativo de estruturas produtivas do próprio território representando, assim, a possibilidade da sobreposição, reprodução, transformação e decomposição de si próprio. É ainda produto contraditório do conflito entre as diferentes forças produtivas (re)agindo a processos conjuntamente e dialeticamente gerais e específicos de produção. Representa, num só tempo, condição e a própria possibilidade de emergência hegemônica de novas forças produtivas¹³.

Contudo, o território é assim a condição histórica para o entendimento de sua própria diversidade como propriamente resultado da contradição do capital em suas formas de produção e valorização influenciando a produção do espaço agrário. É através do território que concebemos os fenômenos globais atuando na diversidade das formações territoriais no rural brasileiro.

¹² SANTOS, M. Técnica espaço, tempo. São Paulo: Hucitec, 1994

¹³ Ou como diria Ariovaldo Umbelino de Oliveira: "Nós fazemos parte que tem no estudo do território o tema central na investigação em Geografia. Em função disso, partimos da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/mo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.)." (OLIVEIRA, 1999; p. 26).

- Metodologia

O “(Dês) trabalho e a condição rurbana” simboliza o significado fundamentado na produção do espaço rural e, desta forma, sua conseqüente reafirmação, a partir da condição do trabalho dentro da realidade concreta do mundo atual. Para tanto, essencialmente o estudo tratará da dialética campo-cidade e suas contradições no território. Toda essa análise será baseada na compreensão do desenvolvimento sócio metabólico do capital e no desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, ambos fundamentados na espacialização dessas relações a partir do território.

Para tanto, o desenvolvimento deste trabalho compreende, baseado no princípio da totalidade, a busca pelas contradições a partir das relações dialéticas que se expressam no movimento da produção sócio-espacial. Estabelecer aqui uma abordagem, essencialmente teórica, que tente analisar as inter-relações que se processam entre a discussão da reafirmação ou negação da centralidade do trabalho e os complexos e contraditórios fenômenos sociais a partir da evidente luta de classes será feito tendo em vista leituras e sistematizações das teorias do trabalho e sua confrontação / confirmação perante a realidade das novas relações de produção do espaço urbano e rural bem como dos agentes e movimentos sociais que a partir daí se expressam em busca da reprodução da vida.

Assim, a dialética está fundamentada numa série de princípios filosóficos baseado, sobretudo, na teoria de Marx. Na totalidade desta corrente a produção social e historicamente determinada é concebida a partir do estabelecimento da superestrutura social como resultado histórico do conflito entre as diferentes forças produtivas dentro da dinâmica material resultando, desta forma, toda consciência política, jurídica e econômica. Diferente do idealismo hegeliano a dialética materialista concebe o homem como produto social da consciência social e historicamente determinada estranha a possibilidade da consciência individual plenamente autônoma. Desta forma, as condições existenciais das forças produtivas se realizam na relação dialética e, portanto, na contradição capital-trabalho materializado, desta forma, nas ideologias de classe. É a partir desta relação geral que o processo social e histórico estabelecido materialmente que as contradições da própria dinâmica societal são evidenciadas nas diferentes formações temporais e espaciais.

A realização desta discussão metodológica como posicionamento analítico serve como substrato para o entendimento e a fundamentação a crítica ao idealismo, a neutralidade e naturalização do positivismo, ao historicismo e ao pós-modernismo. Representa, ainda, a defesa de uma abordagem analítica, de um método, baseado na evidencia das contradições da essência dialética entre capital e trabalho na análise do espaço rural. Uma escolha filosófica e geográfica para o entendimento dos fenômenos espaciais, historicamente produzidos, sendo assim, não com menor intensidade, também um posicionamento político em face a toda uma lógica de (re)produção do capital.

- Resultados

O processo de valorização da renda fundiária e a conseqüente formação dos capitalistas rurais, ou os chamados capitalistas latifundiários, pela intensa lógica da modernização/industrialização da agricultura tem gerado o não menos interessante e contraditório fenômeno de expansão tanto das

relações capitalistas de produção como as relações não capitalistas de produção, como a reprodução camponesa. Temos, como o exemplo brasileiro, relações capitalistas e não capitalistas atuando conjuntamente para a realização do capital e a produção do espaço rural, seja pela própria exploração do trabalho assalariado dos “bóias-fria” no nordeste, seja pela apropriação da produção familiar como acontece no sul ou seja pela exploração do trabalho em regime de semi-escravidão no centro-oeste do Brasil.

Nas últimas décadas, devido a um novo dinamismo nas relações socioeconômicas e a lógica sólida do desenvolvimento social (desenvolvimento e subdesenvolvimento, periferia e centro, etc.), a nova Divisão do Trabalho bem como a relação rural-urbano ganha uma complexidade que caracteriza a reestruturação espacial que o mundo contemporâneo se encontra fazendo com que há emergência desenvolvimentista de regiões, sobretudo rurais com a atuação do capital financeiro e produtivo através de multinacionais na lógica do agronegócio, e suas influências no campo econômico global simultaneamente com a decadência de regiões, principalmente urbanas, antes desenvolvidas bem como a relocação das finalidades do próprio Estado, mostrando assim uma grande volatilidade e uma maleabilidade do capital.

Neste sentido, deve-se buscar a superação da visão dicotômica e/ou dual que sempre caracterizou as análises, um tanto quanto, estereotipadas da relação rural-urbano, não através da negação de uma das categorias, mas sim no entendimento de que a visão do rural como atrasado, exclusivamente agrícola ou natural em detrimento de um urbano como espaço avançado, desenvolvido e modelo de excelência tornaram-se incipientes para explicação da realidade¹⁴.

A relação rural-urbano não pode ser mais compreendida através de uma análise dual e nem tão pouco pela unificação das duas categorias num único espaço caracteristicamente urbano, mas sim através da análise dialética a partir do confronto das duas vertentes como motor de um novo e complexo espaço rural e espaço urbano.

A crítica se estende ao papel empregado ou dirigido ao entendimento das novas finalidades do “novo rural”, estabelecidas a partir da centralidade das demandas urbanas que coloca o rural como local de consumo e reprodução do capital. A estes fenômenos demasiadamente debatidos e carentemente aprofundado a uma essência estabelecida na relação capital-trabalho, a reprodução do rural é assim melhor compreendida a partir do cotidiano tendo como base a análise do território e na crítica ao papel centralizador e institucionalizado do Estado.

E é nas contradições estabelecidas no território e a partir da relação campo-cidade que o resultado analítico para a compreensão da produção do espaço rural atual e sua relação com o trabalho tornam-se evidentes

Com o desenvolvimento das forças produtivas que engendram a força resoluta da engrenagem do capital, uma lógica que eminentemente representa uma importante relevância se estabelece na

¹⁴ Desta forma, Alentejano destaca que “O que todas essas observações no permite afirmar é que os tradicionais estereótipos que definiram campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isso não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuída às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e a sua transmutação em urbano, mas um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferaram, tanto no campo como na cidade, poderia nos levar a sucumbir a tentação de dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais”. (ALENTEJANO, 2003; p. 32

compreensão de que capital e capitalismo são processos sociais diferentes, porém e evidentemente, relacionados. Podemos entender o capitalismo como uma das possíveis formas em que o capital se realiza, contudo, não a única¹⁵.

A compreensão do processo de metabolismo societal sustenta-se pelo entendimento de que capital e capitalismo são fenômenos distintos. Capitalismo como uma das formas de realização do capital, uma variante histórica intensificada de sua produção e o capital como relação social de apropriação, dentro de um processo histórico de acumulação, do trabalho articulando e dominando as formas de reprodução social¹⁶.

O entendimento das relações produtivas a partir do processo sócio metabólico do capital, por sua vez, compreendida como movimento dialético e contraditório de uma totalidade composta por relações capitalistas e não capitalistas de produção dentro de uma relação necessariamente hierárquica representa nosso primeiro passo para entender como as relações camponesas de produção se interage com o circuito do capital. Ou seja, a relação dialética se estabelece quando percebemos que o campesinato é, ao mesmo momento e contraditoriamente, condição para que mova as engrenagens do circuito da realização do capital a partir das formações sociais e produto das relações contraditórias do próprio desenvolvimento capitalista no espaço rural, como no caso brasileiro.

A resistência e expansão das relações não capitalistas de produção representam uma realidade eminentemente comprovada no campo brasileiro visto que é perceptível a expansão de posseiros, de movimentos sociais pela terra, pelas constantes lutas no campo paralelo a também percepção da expansão da agricultura mecanizada, da agroindústria, do trabalho rural assalariado, dentre outras formas capitalistas de produção¹⁷.

Para a explicação de tal fenômeno recorreremos novamente ao entendimento da lógica do desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas de produção e à lógica do metabolismo societal pelo capital determinado e necessário, também de forma desigual e combinada. A partir da lógica do desenvolvimento desigual e combinado das relações capitalistas torna-se possível a percepção da reafirmação e reprodução do campesinato a medida que a análise dos processos de inserção das forças produtivas capitalistas no campo se processam pela valorização da renda da terra na forma dos grandes latifundiários. Ou seja, a partir do momento em que são dadas as condições materiais para que a exploração capitalista da renda ocorra há, assim, uma intensa possibilidade dos latifundiários e do empresariado inserir no campo forma de extração de capital o que, conseqüentemente, tem provocado uma desastrosa concentração de terra. Simultânea e contraditoriamente há também uma explosão de reivindicações não somente ao direito à terra, hora monopolizada pelo capitalismo, mas a possibilidade de reprodução da vida que nas cidades é negada

¹⁵ (ANTUNES, 1999)

¹⁶ (ANTUNES, 1999; p. 28)

¹⁷ "(...)O processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção no território brasileiro é contraditório e combinado. Isto quer dizer que, ao mesmo tempo que este desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas (implantando o trabalho assalariado através da presença no campo do 'bóia-fria'), ele (o capitalismo) produz também, igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (através da presença e do aumento do trabalho familiar no campo)" (OLIVEIRA, 1999; p. 24-25).

a partir do desemprego estrutural e no campo com o latifúndio. Ocorre, neste caso, a territorialização do capital no campo através da inserção das relações capitalistas de produção.

O capital, diante deste processo, se territorializa sucumbindo toda e qualquer existência produtiva fora da lógica capitalista e desta forma o conflito entre as forças produtivas tornam-se muito mais intensas, sobretudo pela formação de um proletariado rural e de uma imensa massa excluída do processo capitalista estabelecida no campesinato.

Contudo, entendemos que é a partir da lógica do sistema sócio metabólico do capital em que nesta análise específica do espaço rural, numa totalidade dialética também desigual e combinada, as relações capitalistas de produção hegemonomizam as demais relações não capitalistas, como a camponesa, às engrenagens que movimentam o circuito do capital e que se move de forma não territorializada. Este é o caso comprovado no sul do país em que multinacionais se apropriam da renda da terra através das relações comerciais com a produção familiar. A unidade de produção familiar fornece a parte considerável de sua produção como matéria prima para o funcionamento da indústria de alimentos, sobretudo de avicultura e suinocultura, em por outro lado as empresas fornecem insumos e acompanhamento técnico para a produção¹⁸. Tem-se aí uma relação entre a lógica capitalista e a camponesa cooperados para a realização do capital, no entanto, uma cooperação desigual visto que se insere numa relação hierárquica onde a produção camponesa torna-se altamente dependente dos insumos que somente a empresa tem condições de oferecer.

Neste momento o capital reafirma e expande a produção camponesa a ser hegemonomizada pela produção capitalista já que está inserida numa totalidade onde quando mais camponeses participarem da relação maior será a concorrência pelos preços de venda da produção familiar e, de forma ampliada, maior será a extração da renda da terra e do trabalho camponês pelo capital.

Desta forma o capital não necessariamente se territorializa destruindo a produção camponesa, mas reafirma e a expande de forma a mantê-la dominada a medida que hegemonomiza a produção em torno de um objetivo único, valorizar a si próprio. Desta forma, temos o desencadeamento do processo de homogeneização estabelecida na generalização das relações capitalistas de produção também para o espaço rural paralelo ao processo de heterogeneização provocado pela contradição do próprio capitalismo na expansão das relações não capitalistas no campo.

-Conclusão

A crise da sociedade moderna produzida, em sua essência, pela lógica urbana se mostra cada vez mais incapaz de controlar as pressões sociais perante as profundas, enraizadas e perversas contradições estabelecidas no campo. A lógica do metabolismo societal do capital não está fundamentada na inserção da grande massa de trabalhadores que reclamam emprego e terra. Evidencia, desta forma, no intenso conflito das forças produtivas dois caminhos dialéticos: a valorização do rural como meio e condição para a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática; ou o aprofundamento das contradições da relação capital-trabalho no campo. A realização de uma reforma agrária, cada vez mais emergencial no Brasil, poderia representar, não só

¹⁸ (OLIVEIRA, 1999).

uma conquista histórica para os movimentos do campesinato que lutam pelo fim do latifúndio, mas de toda a sociedade carente de trabalho e justiça social.

Assim, de forma analiticamente ampliada, a vida cotidiana como condição central representa a melhor via para a busca de formas mais autônomas e autênticas da consciência emancipatória ao capital, no campo e na cidade. Possibilita, através de uma abordagem baseada no princípio da totalidade, considerada como unidade dialética a relação indissociável entre as forma mais simples e específicas da reprodução do homem à heterogeneidade compreendida na genericidade humana¹⁹.

Contudo, a partir do entendimento de que a universalidade é possível pela especificidade da vida cotidiana remete, também, a compreensão do ser cotidiano a partir das relações totais de produção social. A genericidade é, desta forma, o meio superior da expressão humana.

Assim, a vida cotidiana, a partir do território, é o espaço das interlocuções e mediações entre o mundo material da consciência social e a subjetividade humana, é a possibilidade da superação do não-sentido das contradições e do distanciamento da composição heterogênea da genericidade e o sentido da vida autônoma. Desta forma, a vida cotidiana é a expressão verdadeira e imediata da genericidade social, espaço do cotidiano, comportamento do humano, mas também representa a totalidade composta pela heterogeneidade destas relações.

O processo de transição (ou conquista) entre a genericidade sem sentido, muda ou genericidade em-si para a genericidade para-si, imediata livre a autêntica não deve representar o ponto de partida para a emancipação e compreensão do ser social, mas através do núcleo da vida cotidiana e seu entrelaçamento com o trabalho e a reprodução social da realidade concreta. É ela, e não sua mera exaltação fenomênica do cotidiano, que oferece a espontaneidade heterogênea da genericidade e as bases ontológicas para a realização da dinâmica de seu movimento puro. E da própria emancipação do trabalho ao capital e a conseqüente emancipação do campesinato.

- Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a negação e afirmação do trabalho / Ricardo Antunes. 1º. Ed. – São Paulo: Boitempo, 1999.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As Relações Campo-Cidade no Brasil do Século XXI, in Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, n. 21, Julho-dez de 2003, p. 25-39.

HARVEY, D. A Condição Pós-Moderna. São Paulo: Vozes, 1998

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. O conceito de espaço rural em questão, in Revista Terra Livre, São Paulo: AGB, ano 18, n.19, jul-dez, 2002, p. 95-112

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. Boletim de Geografia teórica, Rio Claro, v.25, n. 49/50. p.15-58, 1999.

¹⁹ (LUKÁCS *apud* ANTUNES, 1971; 11-12).

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SANTOS, M. Técnica espaço, tempo. São Paulo: Hucitec, 1994